

Ofício Nº 91/2019/CDC/COMSEA

Balneário Camboriú, 18 de novembro de 2019.

Prezada Diretora de Comunicação e Market da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, vimos através desta, solicitar a Vossa Senhoria publicação do documento final da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú.

Nesse mês em que comemoramos o **aniversário de 16 anos do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú – COMSEA BC e o Dia Mundial da Alimentação**, temos a honra de entregar em anexo as **propostas** e as **moções** aprovadas em nossa **IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (IV CMSAN BC)**.

A IV CMSAN aconteceu no dia 22 de agosto de 2019, no período das 13h às 20h, no Auditório do SESC de Balneário Camboriú, e teve como tema “Vozes, Direitos e Fome”.

O objetivo da Conferência foi chamar a população para conhecer, discutir e construir ações, projetos, programas e políticas na área de alimentação e nutrição, bem como ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável a todas e todos, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional em Balneário Camboriú e no estado de Santa Catarina.

O evento contou com 101 (cento e um) inscritos, sendo estes compostos por representantes de órgãos, entidades, instituições e pessoas com atuação de relevância na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), além de representantes do Movimento Estudantil, Movimento Negro, Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais. Em sua maioria os participantes eram mulheres, com idade entre 30 e 50 anos, e com graduação ou pós graduação.

Dos participantes inscritos, 05 (cinco) foram eleitos delegados para representar o município na VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em Florianópolis, nos dias 02 e 03 de dezembro do corrente ano.

O Conselho e seus conselheiros estão certos do dever cumprido na realização da 4ª Conferência Municipal de SAN e continuam trabalhando para que as propostas aprovadas sejam implementadas e que novas sejam formuladas até chegarmos na 5ª Conferência.

O município ainda precisa discutir e formalizar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e acreditamos que este documento, bem como o Relatório completo do evento que será enviado por email, se torne instrumento de grande valia, por ser um guia que mostra diretrizes para seguirmos nos próximos anos e traduz a vontade dos participantes da 4ª Conferência que apresentaram e aprovaram propostas para a Política e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no nosso Município, Estado e União.

Agradecemos a participação dos conselheiros e da sociedade que não mediram esforços de toda a ordem, bem como os apoiadores, palestrante e facilitadores que ajudaram para o sucesso da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú.

Atenciosamente,

Uander Fernandes Chaves

*Presidente do Conselho Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú – COMSEA*

“Comida de verdade: por um país sem fome e uma alimentação saudável e sem veneno”

Propostas Aprovadas na 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú

Segue abaixo as 47 (quarenta e sete) propostas aprovadas pela Plenária Final da IV CMSAN BC, separadas por Eixo:

Eixo 1: Vozes, Direitos e Fome: avanços e dificuldades na conquista de uma alimentação adequada e saudável para todos.

1. As três esferas de governo têm a obrigação de respeitar, proteger e promover o que está no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988. *(Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”).*
2. A união, estados e os municípios devem fazer compras da agricultura familiar por intermédio de editais e comprar alimentos livres de agrotóxicos e que sejam da cultura alimentar das pessoas.
3. A compra da agricultura familiar deverá ter transparência e facilitação, menos burocracia nos editais e na compra direta.
4. A união, estados e os municípios no momento da compra deverão contemplar sempre os produtos de época.
5. O município de Balneário Camboriú, por intermédio do executivo e do legislativo, deve propor e executar a construção de restaurantes populares priorizando as pessoas em situação de vulnerabilidade social e os estudantes universitários, fazendo parcerias através de consórcios públicos ou privados e conceder fácil acesso para toda a população.
6. O município de Balneário Camboriú, por intermédio das Secretarias de Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento e Inclusão Social e Fundação Cultural, deverá instituir em todos os bairros feiras livres e sacolões de hortifrutigranjeiros.
7. Adesão do município de Balneário Camboriú ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com a criação da Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Posteriormente, criação do Plano Municipal de SAN.
8. Equipar e estruturar a Vigilância Sanitária Municipal com instrumentos materiais e recursos humanos para a realização de ações de educação em saúde com a população e os estabelecimentos comerciais.
9. Condicionar a entrega de cestas básicas e outros benefícios às atividades de educação nutricional.
10. Oferta pelo município de oficinas de aproveitamento integral de alimentos em todas as suas unidades.
11. O município deve ofertar apenas lanches saudáveis nos eventos, reuniões e encontros realizados pela prefeitura.

12. O município deverá realizar parcerias com instituições de ensino para a execução de atividades de educação alimentar e nutricional e educação em saúde com a população.
13. Criação do Banco de Leite Humano no município de Balneário Camboriú.
14. Ampliação das ações de incentivo ao aleitamento materno.

Eixo 2: O que o Município, entidades e comunidade tem feito para garantir a segurança alimentar e nutricional de sua população.

15. O município de Balneário Camboriú, pelo executivo e legislativo, deverá instituir uma lei municipal para que os núcleos escolares e as escolas do município tenham em seus recintos hortas escolares de cunho pedagógico e que esta prática seja incluída no currículo escolar com apoio da Secretaria de Educação.
16. A Secretaria de Educação deverá oferecer às agentes de alimentação capacitação conforme o cardápio para o aproveitamento integral dos alimentos disponíveis, bem como prevenir desperdício de água e dos alimentos nas cozinhas das unidades escolas municipais.
17. O município deverá implantar hortas comunitárias em todos os bairros de acordo com a lei já vigente (LEI Nº 4018, DE 04 DE JANEIRO DE 2017).
18. Que o município preveja em seu orçamento recursos para a implantação de hortas comunitárias, a fim de incentivar a comunidade a ter novas hortas em todos os bairros de Balneário Camboriú.
19. O município de Balneário Camboriú deverá promover a compostagem dos resíduos orgânicos em conjunto com a comunidade incentivando e capacitando os moradores.
20. O município deve promover a coleta e utilização da água da chuva e reuso das águas servidas em todos os prédios de órgãos públicos.
21. O município deverá implantar feiras públicas nos bairros para que os moradores possam comprar alimentos frescos com preços acessíveis.
22. O município de Balneário Camboriú deverá retomar o programa federal chamado Caminhão do Peixe, com preço acessível ao consumidor.
23. Conclusão da implantação da rede de esgoto do município.
24. A Fundação Municipal de Esportes deverá contratar Nutricionistas para atender a demanda de futuros atletas do município.
25. Retorno da Delegacia do Trabalho para este município.

Eixo 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): o papel de cada cidadão na construção de uma política pública.

26. O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, juntamente com a Câmara de Vereadores, deverá criar e instituir no município a lei municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a lei que institui a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).
27. Efetivar a adesão do município de Balneário Camboriú ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
28. Elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, contemplando as fontes de financiamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município.
29. Criar rubrica no Fundo Municipal de Assistência Social para financiamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
30. O município deverá aderir aos programas estaduais e federais de Segurança Alimentar e Nutricional.
31. Implementar programas e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Balneário Camboriú por meio de lei e aplicando recursos próprios, tais como: Cozinha Comunitária, Restaurante Popular, Banco de Alimentos, entre outros.
32. Garantir que as ações de Segurança Alimentar e Nutricional e os recursos necessários para a execução das mesmas estejam previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do município, especialmente nas Secretarias afins, tais como: Saúde, Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social, Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária, Meio Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Econômico, entre outras.
33. Criar um órgão responsável pelo desenvolvimento e fomento da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal.
34. Criação de política para gestão de resíduos orgânicos, com destinação dos mesmos para compostagem e uso na agricultura familiar, canteiros urbanos e hortas escolares e comunitárias entre outros.
35. Implementar a lei do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
36. Incentivo fiscal nas três esferas do governo para produção orgânica de alimentos.
37. Inserir produtos orgânicos e nutracêuticos na alimentação escolar desde o berçário.
38. Implantar o turno noturno e nos finais de semana para fiscalização sanitária bem como aumentar o número de fiscais sanitaristas por meio de concurso público.

Eixo 4: Avaliação entre as propostas da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: o que Balneário Camboriú tem a ver com isso?

39. Implementar, no currículo escolar e em eventos culturais, a cultura alimentar regional com justiça, diversidade cultural, plural, solidária, livre, fraterna, promovendo a soberania e segurança alimentar e nutricional.
40. Promover a prática da agricultura urbana e periurbana em algumas comunidades, permitindo o desenvolvimento e a consolidação de uma cultura agroecológica e sustentável.
41. Implementar assistência técnica e extensão rural, bem como linhas de crédito para produção e comercialização, permitindo o desenvolvimento e a consolidação de uma cultura agroecológica e sustentável.
42. Fomentar a utilização de espaços públicos ociosos para criação de hortas comunitárias e quintais produtivos.
43. Assegurar a continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, compras institucionais, Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF e linha de crédito para a agroecologia e transição agroecológica.
44. Facilitar o acesso às informações orçamentárias dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.
45. Implementar Política Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
46. Promover capacitações continuadas nos bairros, sobre as boas práticas no preparo das refeições, assim como novas receitas com os alimentos contidos nas cestas básicas, nas hortas comunitárias, contemplando a utilização de ervas, chás e temperos utilizados para eliminar patógenos (vermífugos naturais) e outras plantas para o tratamento de doenças.
47. Aumentar o quadro técnico de Nutricionistas em todas as secretarias municipais, para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional.

Moções Aprovadas na 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú

Durante a Plenária Final da IV CMSAN, as moções elaboradas pelos participantes foram apresentadas e aprovadas pelos delegados. No total, foram 14 moções.

Seguem abaixo, separadas por tipo:

MOÇÕES DE APOIO

1. Destinatário da Moção: Prefeito, Secretária Cristina.

Objetivo da Moção: Incluir no Programa Segurança Alimentar e no Programa Bem estar da Família.

Texto da Moção/Descrição: O Programa está sendo construído com a Organização Mundial de Saúde e OPAS - Organização Pan-americana de Saúde que escolheu Balneário Camboriú para realizar o projeto Piloto que é acompanhar/visitar 200 famílias semanalmente, orientando serviços que o próprio município pode oferecer. A intersectoriedade do município que uniu várias secretarias: educação, saúde, inclusão, meio ambiente esporte e secretaria de articulação para acompanhar a família em todo curso de vida, tem demonstrado que há possibilidade de trabalhar de forma intersectorial a favor das famílias.

2. Destinatário da Moção: Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Proponente da Moção: Débora Guimarães.

Texto da Moção/Descrição: Parabenizar o trabalho de Hortas Comunitárias e estimular a implantação e desenvolvimento de novas, em novos bairros em vulnerabilidade.

3. Destinatário da Moção: Governo Federal.

Proponente da Moção Delegados da 4ª Conferência: Maurita e Ramires.

Objetivo da Moção: Apoio à reativação do Consea Nacional.

Providência Solicitada: Seja reaberto o Consea Nacional e as políticas de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional).

Texto da Moção/Descrição: Solicitamos apoio para reativação do Consea Nacional e as políticas de SAN.

4. Destinatário da Moção: Governador do Estado de Santa Catarina.

Proponente da Moção: Patrícia Steffen Arruda.

Objetivo da Moção: Apoio à Tributação Verde.

Providência Solicitada: Concretização da Tributação Verde que retira benefícios fiscais para agrotóxicos em Santa Catarina.

Texto da Moção/Descrição: Levando-se em conta os malefícios causados ao meio ambiente, intoxicando nossos solos e águas, rios e nascentes (em estudo feito a pedido do MPC (Ministério Público de Santa Catarina) em 2019, foram encontrados resíduos de agrotóxicos em águas de 22 municípios de Santa Catarina, e, conseqüentemente, prejudicando a saúde da população como um todo, levando-se em conta que Santa Catarina tem recorde em intoxicação por agrotóxico. Diversas pesquisas já apontam câncer, autismo, má formação fetal, aborto tardio como causa e efeito do uso de agrotóxicos. Recente artigo acadêmico publicado em 2018 lista diversos tipos de doenças relacionadas aos agrotóxicos. Entre elas estão diversos transtornos mentais, respiratórios, cerca de dez tipos de câncer, alterações e doenças nos rins, fígado, sistema reprodutor, além de má formação congênita e perda de audição.

5. Proponente da Moção: Tributação Verde.

Objetivo da Moção: Aplicação de 17% da alíquota de ICMS sobre os agrotóxicos.

Providência Solicitada: Aplicação da Tributação Verde em Santa Catarina.

Texto da Moção/Descrição: Apoio à iniciativa da Tributação Verde no Estado de Santa Catarina retirando os incentivos fiscais a produtores causadores de danos ao meio ambiente e à saúde, incluindo os agrotóxicos. A Tributação Verde já é referencial nacional, que deve em breve ser adotada por demais Estados da federação. Junto a essa decisão, propomos que o Estado de Santa Catarina promova ações de linhas de crédito, agroecologia ou transição, focando no PNAE, PAA, ou ainda, bancos de sementes e alimentos, valorizando a cultura alimentar dos povos.

6. Destinatário da Moção: Prefeito Fabrício Oliveira.

Texto da Moção/Descrição: Por prontamente receber o pedido do Conselho em realizar a Conferência por meio de Decreto, pois este é um importante espaço de debates que muito irá contribuir na segurança alimentar e nutricional.

MOÇÕES DE REPÚDIO

7. Destinatário da Moção: Administração Pública Municipal.

Proponente da Moção: Marisa Teresa Castellem Strebe.

Objetivo da Moção: Repúdio ao fechamento da Sede do CRAS do Bairro das Nações.

Providência Solicitada: Reabertura do CRAS em prédio exclusivo.

Texto da Moção/Descrição: A Secretaria de Inclusão Social fechou a sede do CRAS do Bairro das Nações, levando o mesmo ao funcionar no Centro de Convivência da Família, na rua Itália, fazendo com que não haja privacidade para o atendimento das famílias pelos Assistentes Sociais e Psicólogos, o que está fazendo com que várias famílias deixem de buscar o atendimento necessário. Solicitamos que seja instalado o CRAS em prédio exclusivo, no bairro das Nações.

8. Destinatário da Moção: Presidência da República.

Proponente da Moção: Marisa Teresa Castellem Strebe.

Objetivo da Moção: Repúdio ao fechamento de Conselhos e Fóruns de Participação Popular.

Providência Solicitada: Que seja revogada a extinção dos Conselhos e Fóruns.

Texto da Moção/Descrição: O governo federal extinguiu diversos Conselhos, Fóruns e Órgãos Colegiados de participação popular, indo contra os direitos garantidos na Constituição Federal. Exigimos a revogação desta extinção e que os mesmos voltem a ser vinculados aos órgãos e secretarias pertinentes.

9. Destinatário da Moção: ANVISA.

Proponente da Moção: Patrícia Steffen Arruda.

Objetivo da Moção: Repúdio à proibição da comercialização da Moringa Oleífera.

Providência Solicitada: Liberação da comercialização da Moringa.

Texto da Moção/Descrição: Conforme a ANVISA, foi proibida a comercialização da Moringa Oleífera e recomendado à população para que não façam uso da espécie Moringa Oleífera devido à falta de estudos e não haver avaliação e comprovação no uso da espécie como alimento, mas em uma busca rápida no Google Acadêmico, encontra-se facilmente mais de 500 artigos científicos descrevendo os potenciais da planta.

Outro fato é que a Moringa Oleífera é recomendada pela ONU, UNICEF e OMS (Organização Mundial da Saúde) por suas propriedades nutritivas.

Esperamos que essa proibição seja revogada.

10. Destinatário da Moção: Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Proponente da Moção: Patrícia Steffes Arruda.

Objetivo da Moção: Repúdio pela liberação de mais de 200 agrotóxicos.

Providência Solicitada: Proibição de agrotóxicos, diminuição.

Texto da Moção/Descrição: Devido a tantos malefícios, tanto ambientais quanto à saúde dos brasileiros. Por sermos o país onde mais se consomem agrotóxicos e conforme a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) 70% dos alimentos na mesa dos brasileiros estão contaminados por agrotóxicos. Conforme pesquisa da USP, publicada no Jornal da USP, a água potável brasileira permite-se cinco mil vezes mais resíduos de glifosato comparado à Europa. O glifosato é o herbicida mais usado e difundido no Brasil, e, conforme pesquisa contra o câncer, aponta causa dentre outros malefícios, o câncer.

O Brasil, além de permitir uma grande quantidade de agrotóxicos que não são permitidos na Europa e Estados Unidos, permite agrotóxicos que são usados nestes países mas em quantidades muitíssimo maiores.

Pelos nossos solos, por nossa água, por nossa saúde... menos agrotóxicos.

11. Destinatário da Moção: Governo Federal.

Proponente da Moção: Delegados da 4ª Conferência: Maurita e Ramires.

Objetivo da Moção: Repúdio à extinção do Consea Nacional.

Providência Solicitada: Que seja reativado o Consea Nacional.

Texto da Moção/Descrição: Repudiamos a extinção do Consea Nacional, Conselho este de extrema importância ao povo brasileiro.

MOÇÕES DE APOIO.

12. Destinatário da Moção: Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Objetivo da Moção: Financeiro.

Providência Solicitada: Disponibilizar recursos financeiros para o COMSEA-BC. nos orçamentos de 2020/2021/2022/2023 com continuidade anual doravante.

Texto da Moção/Descrição: Agregar uma rubrica no orçamento para custeio das despesas do COMSEA-BC, tendo-se por fulcro o fato de o COMSEABC ter vínculo com a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e necessitar implementar, além de Conferências, programas de desenvolvimento de cursos, palestras, etc., no Município de Balneário Camboriú.

13. Proponente da Moção: Vigilância Sanitária de Balneário Camboriú e Roger Alessandro Farias Melo.

Objetivo da Moção: Fiscalização na venda de falsos orgânicos.

Providência Solicitada: Erradicação de falsos orgânicos em Balneário Camboriú.

Texto da Moção/Descrição: Apelamos para a fiscalização de falsos estabelecimentos que comercializam produtos como orgânicos sem a devida certificação. No ano de 2017, na capital do Estado, Florianópolis, ocorria a venda de falsos orgânicos, conforme notícia divulgada em matéria apresentada no programa Fantástico da Rede Globo, prejudicando o trabalho e a venda dos produtores orgânicos certificados, pois deixou os consumidores desconfiados em relação aos produtos orgânicos.

14. Destinatário da Moção: Prefeito de Balneário Camboriú.

Proponente da Moção: Patrícia Steffen Arruda.

Objetivo da Moção: Orgânicos na merenda escolar em Balneário Camboriú.

Providência Solicitada: Alimentação saudável nas Escolas de Balneário Camboriú.

Texto da Moção/Descrição: Viabilizar os orgânicos na merenda escolar de Balneário Camboriú para uma alimentação mais saudável para as crianças através de Edital específico para produtos orgânicos e de acordo com oferta e variedades dos produtos da região, possibilitando o crescimento da produção e o fortalecimento da agricultura familiar da região. Em cenário estadual, diversas cidades já adquirem produtos orgânicos para merenda escolar, dentre elas estão: Navegantes, Florianópolis, Penha Itapema, Araquari, Rio do Sul, Correia Pinto, Canoinhas, Anita Garibaldi, Jaraguá do Sul, Imbituba, Santa Rosa de Lima, Praia Grande, entre outras. (Estudo relata que mais de setenta municípios de Santa Catarina trabalham com produtos orgânicos).

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CASA DOS CONSELHOS
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

